



## **TERMO DE REFERÊNCIA – Aquisição de ternos (paletós e calças sociais) e camisas masculinas**

### **PGEA 00583.000.013/2025**

#### **1.1 Do objeto:**

Aquisição de 14 (quatorze) ternos (conjunto de paletós e calças sociais) e 14 (quatorze) camisas masculinas, conforme quantidades e especificações técnicas descritas no item 4.3 deste documento.

#### **1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:**

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

#### **1.3 A compra enquadra-se no seguinte tipo:**

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras.
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

#### **1.4 Os bens a serem adquiridos são:**

- ☐ Itens de patrimônio
- ☒ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição de ternos (paletós e calças sociais) e camisas destina-se à composição do uniforme dos servidores lotados na Assessoria de Segurança Institucional, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Recepção, visando à padronização e à apresentação adequada dos servidores que acompanham os Membros no desempenho de suas funções ministeriais especialmente em atos de representação. A reposição das peças tornou-se necessária devido ao desgaste natural, sendo que a última aquisição ocorreu em 2022. Nos PGEA's 00583.000.020/2024 e 00583.000.109/2024, houve três tentativas de



aquisição. Contudo, não foi possível lograr êxito, diante do insucesso, seja por fracassos, seja pelo cancelamento.

Diante disso, a Unidade de Estimativa e Adiantamentos, por meio do PGEA 00583.000.084/2024, atualizou os valores mais aderentes aos preços de mercado para nova tentativa de contratação através da presente aviso de contratação direta.

### 3. SOLUÇÃO

☐ A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar.

☒ Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

#### 4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.

☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.

☒ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

#### 4.2 Marca(s) ou modelo(s)

☒ Não há indicação de marca/modelo (regra).

☐ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.

☐ Há indicação de marca/modelo.

☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

#### 4.3 O objeto que se pretende contratar deverá conter as seguintes características:

**4.3.1. Quatorze (14) conjuntos de ternos** confeccionados em microfibra com elastano (98% poliéster e 2% elastano); confeccionados na cor azul marinho, preto ou cinza chumbo, em fino acabamento; paletó modelo clássico, com abotoamento frontal de dois botões, duas aberturas nas costas, com bolso interno e com três bolsos frontais; e calça social com corte reto, bolso boca, bolsos com forro de algodão, dois bolsos traseiros embutidos com botões; nas quantidades e seguintes medidas/tamanhos estimados:

- 02 (dois) conjuntos de terno (paletó e calça social), com paletó tamanho 48 e calça social tamanho 42;
- 06 (seis) conjuntos de terno (paletó e calça social), com paletó tamanho 54 e calça social tamanho 46;



- 02 (dois) conjuntos de terno (paletó e calça social), com paletó tamanho 60 e calça social tamanho 50;
- 02 (dois) conjuntos de terno (paletó e calça social), com paletó tamanho 62 e calça social tamanho 52; e,
- 02 (dois) conjuntos de terno (paletó e calça social), com paletó tamanho 64 e calça social tamanho 50.

**4.3.1.1.** O paletó e as calças deverão apresentar a mesma qualidade, cor e tecido.

**4.3.2. Quatorze (14) camisas sociais** confeccionadas com manga longa, em tecido liso misto, contendo 51% de algodão e 49% poliéster, gramatura 148gr/m<sup>2</sup>, cor branca, azul celeste ou marfim, sempre em cores lisas, colarinho com botão embutido, abertura na frente, fechamento com botões em casas verticais, em fino acabamento, nas seguintes quantidades:

- 08 (oito) camisas tamanho 03;
- 02 (duas) camisas tamanho 05; e
- 04 (quatro) camisas tamanho 07.

**4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):**

☒ Foram adotados

☐ Não foram adotados

Consideramos que a presente solicitação é a opção mais vantajosa para Administração, tendo em vista as questões relacionadas ao menor custo de manutenção; maior vida útil; menor geração de resíduos e devido tratamento; materiais, tecnologias e matérias primas de origem local; impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto a ser contratado.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1 Exigências legais**

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto

☐ Foram verificadas e são as seguintes:

**5.2 Garantia de execução do contrato**

☒ Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

☐ Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, computado sobre o valor anual do contrato.



5.2.2 A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

5.2.3 As modalidades seguro-garantia e carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

### **5.3 Programa de Integridade**

- ☐ Os valores e o prazo da presente contratação indicam a necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade, mediante apresentação de Certificado a ser emitido pela CAGE, nos termos da Lei Estadual nº 15.228/2018 e do Provimento 75/2016, no prazo de 180 dias, contados da celebração do contrato.
- ☒ Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1 Prova do material:

- ☒ Não
- ☐ Sim

### **6.2 Forma de entrega dos bens:**

- a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pela CONTRATANTE.
- b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.

### **6.3 Haverá emissão de ordem de fornecimento, nos seguintes termos:**

- ☒ Uma ordem de fornecimento para todo o contrato
- ☐ Várias ordens de fornecimento, sob demanda, durante a execução do contrato

### **6.4 Prazo da entrega dos bens:**

- ☒ Entrega da totalidade dos itens em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento, prorrogáveis por igual período justificadamente.



- ☐ Sob demanda, com quantidades estimadas.
- ☐ Sem quantidade mínima por pedido.
- ☐ Com quantidade mínima por pedido.
- ☐ Programada.

**6.5 Local de entrega dos bens:** O local de entrega é na Divisão Administrativa, na General Andrade Neves, nº 106 – Bairro Centro – PORTO ALEGRE – RS, aos cuidados da servidora Graziela Fernandes Grazziotin, telefone 051 3295-8144, das 12h às 19h;

**6.6** A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.

Notas:

a) Antes a entrega dos ternos, caso sejam necessários ajustes, caberá à CONTRATADA realizar a medição dos beneficiários no endereço indicado acima ou em outro local designado por ela, desde que situado no município de Porto Alegre/RS.

a.1) O CONTRATANTE informará à CONTRATADA a necessidade ou não de eventuais ajustes, bem como realizará o agendamento das medições.

a.2) As medições deverão ocorrer em dias e horários previamente agendados com o CONTRATANTE antes da entrega dos ternos, sendo também responsabilidade da CONTRATADA a execução dos ajustes ou, se necessário, a substituição das peças, dentro do prazo estipulado neste edital.

b) Os ajustes necessários deverão ser concluídos pela CONTRATADA antes do prazo estipulado do item 6.4, a contar da comunicação formal do CONTRATANTE. O descumprimento desse prazo poderá configurar inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas no instrumento contratual. A realização dos ajustes deverá ser conduzida por representante ou preposto qualificado, que deverá comparecer, por seus próprios meios, ao local indicado pelo CONTRATANTE para efetuar as medições necessárias.

c) Todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a: deslocamentos para coleta de medidas dos servidores(as), realização dos ajustes nas peças entregues e quaisquer outros custos inerentes ao cumprimento integral do contrato.

**6.7 Instalação dos bens/equipamentos (embutida na compra)**

- Não haverá instalação



- ☐ Haverá instalação.

#### **6.8 Recebimento:**

a) provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações e devidos ajustes realizados.

b) definitivamente, após dez (10) dias após o recebimento provisório e depois da verificação da sua qualidade, quantidade, ajustes realizados e consequente aceitação.

**6.8.1** Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à contratada, que terá o prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação, para providenciar sua substituição.

#### **6.9 Subcontratação:**

- ☒ É vedada a subcontratação
- ☐ É autorizada a subcontratação.

#### **6.10 Desfazimento/destinação final dos bens**

- ☒ Não há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.
- ☐ Há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.

#### **6.11 Garantia/assistência técnica contratual**

- ☒ O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis.
- ☐ Sim, há prazo complementar à garantia legal.

**6.11.1** Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da empresa.

**6.12 O prazo de** vigência da contratação é a contar do empenho de despesa.

#### **6.13 Prorrogação**

- ☒ Não será prorrogado.
- ☐ Poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, por se tratar de fornecimento continuado.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

#### **7.1 A compra será formalizada:**

- ☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato
- ☐ Contrato



7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal.

7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização do contrato:

Fiscal: Graziela Fernandes Grazziotin, Divisão Administrativa, fone 051 3295-8144, [dadm@mprs.mp.br](mailto:dadm@mprs.mp.br).

Fiscal substituto: Luciano Fin Barth, Divisão Administrativa, fone 051 3295-5042, [dadm@mprs.mp.br](mailto:dadm@mprs.mp.br)

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, a medida em que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

**7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:**

☒ Não

☐ Sim.



#### 7.5 Obrigações gerais:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- m) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do





Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021; e,

n) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017).

#### **7.6 Obrigações específicas:**

- ☒ Não existem obrigações específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem obrigações específicas vinculadas ao objeto.

#### **7.7 Sanções:**

##### **7.7.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:**

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

##### **7.7.2 Sanções específicas**

- ☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

##### **7.7.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).**

#### **8. PAGAMENTO E REAJUSTE**

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☒ Não
- ☐ Sim.

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.



8.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

**8.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:**

- a) Aos cuidados de: Graziela Fernandes Grazziotin
- b) Endereço de e-mail: Rua Gen. Andrade Neves, nº 106 – Bairro Centro, em POA/RS
- c) Endereço de e-mail: [dadm@mprs.mp.br](mailto:dadm@mprs.mp.br)
- d) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51 3295-8144

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.5 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.6 O não pagamento na data implica em atualização monetária entre as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.7 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.7.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

8.7.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



8.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 FORMA DE SELEÇÃO**

- ☐ Licitação
- ☒ Aviso de contratação direta (contratação direta pelo valor - art. 75, inc. I e II)
- ☐ Contratação direta:
- ☐ Credenciamento
- ☐ Registro de preços

#### **9.1.1 Critério de julgamento**

- ☒ Menor preço global
- ☐ Menor preço unitário

A aquisição dos itens será realizada em lote único, conforme o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021, buscando maior atratividade para o certame e ganhos de escala na contratação. Essa estratégia se justifica pela prática do mercado, uma vez que os fornecedores comercializam todos os itens em questão, permitindo melhores condições de negociação e redução de custos administrativos.

Além disso, a licitação por item poderia acarretar o risco de indisponibilidade de algum dos componentes do uniforme institucional, comprometendo sua padronização. A opção por lote único atende ao princípio da padronização (art. 40, §1º, II) e assegura a identidade visual do MPRS, promovendo maior eficiência na gestão contratual e na administração dos recursos públicos.

### **9.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).
- ☐ Não se aplica (item para contratações diretas).



### **9.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)**

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### **9.4 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA**

#### **9.4.1 Amostra**

- ☐ Não será exigida amostra.
- Será exigida amostra:
  - a) Justificativa: para verificação da qualidade das peças de acordo com a descrição do item 4.3.
  - b) Responsáveis pela análise: Luciano Fin Barth e Graziela Fernandes Grazziotin
  - c) Aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: será avaliada a padronagem das peças, bem como a qualidade do tecido, a coloração do mesmo que, neste caso específico, deverá ter o mesmo tom de cor (paletós e calças).
  - d) Local de entrega e devolução: Rua General Andrade Neves, nº 106/19º andar, Bairro Centro - Porto Alegre/RS, das 12h às 19h.
  - e) Prazo de entrega de amostra para avaliação técnica será de até 05 (cinco) dias a contar do pedido formal; análise da amostra será realizada em até 02 (dois) dias após entrega dos itens à fiscalização; e, devolução da amostra em até 05 (cinco) dias a contar da solicitação de devolução dos itens.

#### **4.2 Catálogo**

- Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- ☐ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

#### **9.4.3 Carta de Solidariedade**



- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor).

#### **9.4.4 Laudos e/ou Declarações**

- ☒ Não serão exigidos laudos e/ou declarações.  
Serão exigidos laudos e/ou declarações.

#### **9.5 Qualificação Técnica:**

- ☒ Não será exigida qualificação técnica
- ☐ Será exigida qualificação técnica
- ☐ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.

##### **9.5.1 Qualificação técnica do subcontratado**

- ☒ Não haverá
- ☐ Haverá.

#### **9.6 CONSÓRCIO**

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

#### **10. ESTIMATIVA DO VALOR**

A estimativa de valores para os lotes é de R\$ 26.535,60, sendo:

Ternos (paletós e calças sociais) no valor de R\$ 21.556,22; e,

Camisas sociais mangas longas no valor de R\$ 4.979,38.